



DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Declara a baixa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), por inexistência de fato.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e nos termos do art. 80-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, com redação dada pela lei 11.941, de 27 de maio de 2009, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e considerando o Processo Administrativo nº 13973.720092/2014-04, declara:

Art. 1º A baixa de ofício da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa Osmar Lienemann - ME, CNPJ nº 02.544.863/0001-55, conforme disposto no inciso IV do art. 27 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, com data retroativa à 5 de julho de 2010.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 125, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Altera o Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 219, de 17 de outubro de 2011, atualizando a relação de produtos constantes do Registro Especial de Engarrafador nº 10106/229.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º O artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 219, de 17 de outubro de 2011, referente no Registro Especial de Bebidas sob o nº 10106/229, de engarrafador, no processo 13016.000453/2010-99 pertencente ao estabelecimento da empresa Indústria Vinícola Lazzari Ltda, inscrito no CNPJ sob o nº 88.421.474/0001-58, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente
Champanha Branco Brut	Lazzari	22.04.10.10	não retornável	750 ml
Chanpanha Branco Demi-Sec	Lazzari	22.04.10.10	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Lazzari	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Branco de Mesa Seco	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Char-donnay	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Fino Mosca-to	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Moscato Embrapa	Lazzari	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Moscato Embrapa	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Seco Niágara	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Lazzari	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Branco de Mesa Suave	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Rosado de Mesa Seco	Lazzari	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Rosado de Mesa Suave	Lazzari	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Lazzari	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Bordô	Lazzari	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Cabernet Sauvignon	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Fino Merlot	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Seco Isabel	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Lazzari	22.04.29.11	retornável	4.600 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	1.500 ml
Vinho Tinto de Mesa Suave	Lazzari	22.04.21.00	não retornável	750 ml

" Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ WESCHENFELDER

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 296, DE 14 DE AGOSTO DE 2014

Regulamenta o art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Interino, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º Estabelecer as diretrizes e orientações gerais para a definição, pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Condel/Sudam), das diretrizes e prioridades, com vistas à elaboração da proposta de programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) para o exercício de 2015.

Art. 2º A formulação dos programas de financiamento do FNO deverá observar:

I - as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, alterado pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009;

II - as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, das políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), e das prioridades a serem estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Sudam;

III - a previsão de aplicação dos recursos do Fundo para as sete Unidades da Federação integrantes de sua área de atuação, de modo a permitir a democratização do crédito para as atividades produtivas da Região.

Art. 3º Os seguintes espaços, considerados prioritários pela PNDR, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, terão tratamento diferenciado e favorecido na aplicação dos recursos do FNO:

I - a Faixa de Fronteira;

II - as mesorregiões diferenciadas do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Xingu, Bico do Papagaio (exceto os municípios do Estado do Maranhão) e Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado de Tocantins);

III - os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica;

Art. 4º O Banco da Amazônia deverá encaminhar ao Ministério da Integração Nacional (MI) e à Sudam as propostas:

I - de programas de financiamento, até 30 de setembro de 2014;

II - de aplicação dos recursos, até 30 de outubro de 2014.

Art. 5º Na elaboração das propostas de programas de financiamento e de aplicação dos recursos do FNO, serão observadas as seguintes orientações de caráter geral:

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, aos projetos de mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e de micro, pequenas e pequena-médias empresas, beneficiários do FNO, bem como aos empreendimentos que se localizem nos espaços prioritários da PNDR;

II - especial apoio a empreendimentos que priorizam o uso sustentável de recursos naturais, que promovam o Desenvolvimento sustentável e a Inclusão Social, bem como a difusão da inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis e apoio às estratégias de produção;

III - a proposta de aplicação dos recursos do FNO para o exercício de 2015 deverá ser formulada pelo Banco da Amazônia, em articulação com a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI/MI) e com a Sudam;

IV - a proposta de aplicação dos recursos do FNO deverá apresentar quadro demonstrativo do orçamento previsto para o exercício de 2015, estimando a totalidade dos ingressos e das saídas de recursos previstos para o ano, especificando:

a) como fonte de recursos:

1. as disponibilidades previstas para o final do ano de 2014;

2. os recursos originários dos retornos de financiamentos já concedidos;

3. repasses de recursos originários da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o exercício de 2015;

4. remuneração das disponibilidades do Fundo;

5. retorno ao Fundo de valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco;

6. outras modalidades de ingresso de recursos, especificando a origem e os respectivos valores estimados.

b) como despesas e saídas de recursos:

1. despesas com o pagamento da taxa de administração;

2. despesas com auditoria externa independente;

3. despesas com o bônus de adimplência;

4. despesas com rebates;

5. despesas com del credere;

6. montante das liberações/desembolsos de recursos previstos para 2015, decorrentes de operações contratadas em anos anteriores;

7. despesas com a remuneração das operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);

8. outras saídas e/ou despesas, com especificação da origem e dos respectivos valores.

c) os recursos disponíveis para aplicação no exercício de 2015, apresentando estimativas para as seguintes aplicações, observada a vedação de que trata o parágrafo único deste artigo:

1. por Unidade da Federação, mediante estimativa a ser realizada considerando a distribuição histórica das aplicações e a expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 5% (cinco por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF;

2. por programa de financiamento;

3. por setor assistido;

4. por porte de mutuário;

5. por espaço prioritário da PNDR (art. 3º retro);

6. por outras instituições financeiras (art. 9º da Lei nº 7.827/1989).

V - o documento contendo a proposta deverá informar que o Pronaf será operacionalizado de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), disciplinadas no Manual de Crédito Rural (MCR 10), publicado pelo Banco Central do Brasil;

VI - a proposta deverá conter programa ou linha de financiamento específico para o atendimento à agropecuária irrigada e às operações de crédito de que tratam os incisos I e II, do § 3º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001;

VII - deverá apresentar previsão de aplicação de recursos do Fundo para as linhas ou programas de financiamento de que tratam o inciso anterior;

VIII - os programas de financiamento do FNO deverão estabelecer, de forma clara e precisa, todas as condições a que se subordinarão as operações a serem realizadas, tais como:

) beneficiários;

b) itens financiáveis;

c) itens e atividades não financiáveis;

d) limite financiável (percentual a ser financiado em relação ao orçamento apresentado);

e) teto dos financiamentos (valor máximo por cliente ou grupo econômico);

f) prazo das operações;

g) encargos financeiros e concessão de bônus de adimplência;

h) forma de apresentação das propostas;

i) identificar as exigências de garantias e outros requisitos para concessão de financiamento;